

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaques: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

Folha de S. Paulo

[Título: Painei](#)..... 4

[Título: Governo recorre à AGU para negociar pré-sal com Petrobras](#) 7

O Estado de S. Paulo

[Título: Governo vai à AGU por cessão onerosa](#)..... 8

Valor Econômico

[Título: Governo aciona AGU para fim de impasse no pré-sal](#) 15

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....2

Título: Espaço do Adriano Pires..... 2

Título: Tensões fazem petróleo passar de US\$ 80 pela 1a. vez desde 2014..... 2

Título: União vai esperar pareceres jurídicos para definir revisão de contrato com Petrobras3

VEÍCULO: Folha de S. Paulo4

Título: Painei..... 4

Título: Governo recorre à AGU para negociar pré-sal com Petrobras 7

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....8

Título: Governo vai à AGU por cessão onerosa..... 8

Título: A disparada do petróleo 10

Título: Caminhoneiros prometem parar por conta de aumentos no diesel 11

Título: Ativos da Petrobrás na África geram disputa 12

VEÍCULO: Correio Braziliense.....12

Título: Escalada do petróleo acende alerta no BC 12

Título: Acordo adiado 14

Título: Energia livre vale R\$ 9 bilhões 15

VEÍCULO: Valor Econômico	15
Título: Governo aciona AGU para fim de impasse no pré-sal	15
Título: Acerto entre estatal e União passará pelo Congresso	17
Título: Confisco de ativos deve reduzir venda de petróleo	19
Título: Trump pressiona Merkel a desistir de gás russo.....	20
Título: Destaques	21
Título: Novo plano de investimento da Petrobras pode ser maior.....	22
Título: Vitol, Glencore e Shell disputam PetroAfrica.....	24
Título: Câmbio abre espaço para aumento do aço	24
Título: Petróleo em alta volta a tornar o etanol celulósico competitivo	26
Título: Justiça do Rio libera aposentados do pagamento de taxa extra à Petros	28

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ancelmo Gois

Título: Espaço do Adriano Pires

"Com o preço do barril de petróleo chegando aos US\$ 80, tem analista falando que pode alcançar US\$ 100. O presidente Trump está à frente das explicações para o crescimento do preço do barril, com a tentativa de invadir a Síria, o fim do acordo nuclear com o Irã e a ameaça de boicote à compra do petróleo venezuelano. E, no Brasil, quem ganha e quem perde? Ganha a Petrobras; ganham os produtores de etanol; ganham os proprietários de carro flex que poderão trocar a gasolina por etanol e ganham os estados e municípios produtores de petróleo, com o aumento dos royalties. Perde o país, com o aumento da inflação; perdem os consumidores de derivados de petróleo e o governo, com um aumento ainda maior da sua impopularidade"

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Tensões fazem petróleo passar de US\$ 80 pela 1a. vez desde 2014

Crises geopolíticas e oferta menor pressionam preço da "commodity"

-Londres E Rio- O barril do petróleo tipo Brent fechou quase estável ontem, com alta de apenas 0,03%, a US\$ 79,30, após ultrapassar os US\$ 80 pela primeira vez em quase quatro anos. Na máxima do dia, a commodity foi negociada a US\$ 80,50, o maior valor intraday desde novembro de 2014 — e um patamar 1,54% maior do que o fechamento da véspera.

As tensões geopolíticas têm pressionado o preço da commodity, que, desde o ano passado, acumula alta de mais de 50%. Os conflitos entre Estados Unidos e Irã — que, por decisão de Donald Trump, voltou a sofrer sanções americanas — e a crise na Venezuela puxam os preços para cima. A oferta restrita ajuda a estimular a alta dos preços. O acordo entre Rússia e a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), fechado no início de 2017 e que reduziu a produção do cartel, continua em vigor.

Também há impacto da forte queda nas reservas de petróleo dos Estados Unidos. A Agência de Informação sobre Energia dos EUA anunciou que as reservas de óleo caíram em 1,4 milhão de barris na semana passada, enquanto as de gasolina tiveram recuo de 3,8 milhões de barris.

REFLEXO NAS BOMBAS

A valorização do petróleo nos últimos meses teve reflexos nos preços dos combustíveis no Brasil. Nas refinarias — considerando o último reajuste anunciado pela Petrobras e que passa a vigorar hoje —, a gasolina aumentou 23,07%, passando de R\$ 1,6581 em 4 de abril para R\$ 2,0407. Já nas bombas, o preço da gasolina no país avançou 1,76% da semana de 7 a 13 de janeiro até 12 de maio, chegando a R\$ 4,183. No Estado do Rio, a alta nesse período foi menor, de 1,52%, mas o valor médio ficou acima, passando de R\$ 4,651 para R\$4,722.

O diretor da petrolífera francesa Total, Patrick Pouyanné, disse que não ficaria surpreso se, com as sanções dos EUA ao Irã, o barril do petróleo alcançasse os US\$ 100. Ele ressalta, no entanto, que o mercado ainda não se reequilibrou por completo. A empresa anunciou esta semana que deve sair do Irã, para não violar as sanções. (Ramona Ordonez e Gabriel Martins, com agências internacionais)

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: União vai esperar pareceres jurídicos para definir revisão de contrato com Petrobras

Governo fez consultas à AGU e ao TCU sobre acordo que pode gerar megaleilão do pré-sal

-BRASÍLIA- A União optou por consultar a área jurídica do governo antes de finalizar a negociação com a Petrobras sobre a revisão do contrato de cessão onerosa — assinado em 2010 para capitalizar a estatal com o direito de explorar cinco bilhões de barris do pré-sal sem licitação.

A decisão foi tomada após a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) levantar dúvidas jurídicas e tributárias sobre cláusulas do documento. Segundo fontes do governo, uma delas diz respeito ao parâmetro cambial utilizado nas negociações, ou seja, se o valor da compensação que terá de ser feito a uma das partes será calculado em real ou dólar.

Esses pontos serão levados à Advocacia-Geral da União (AGU) e ao Tribunal de Contas da União (TCU). Apenas depois disso é que as negociações serão retomadas com a estatal.

DECISÃO NA PRÓXIMA SEMANA

Em entrevista a correspondentes estrangeiros, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse ontem que a expectativa é que o acordo seja fechado na próxima semana.

O governo reconhece que a estatal tem direito a ser ressarcida por causa da desvalorização do barril do petróleo após a capitalização. Paralelamente, a União também descobriu que as áreas cedidas à estatal têm bem mais que os cinco bilhões de barris iniciais e quer destravar a negociação para conseguir leiloar esse excedente. Isso teria potencial de render R\$ 100 bilhões aos cofres públicos.

No entanto, também é preciso saber quanto a estatal vai receber e se será em óleo ou em dinheiro. A revisão estava prevista no contrato original. (Bárbara Nascimento e Geralda Doca)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Daniela Lima

Título: Painel

Vai que é tua

Michel Temer já deu todas as indicações a Henrique Meirelles de que vai trabalhar pela candidatura dele ao Planalto. Em conversa na quarta (16), pediu que seu ex-ministro da Fazenda se dedique a reuniões com integrantes do partido, ciscando primeiro para dentro.

PREPOSTO

O presidente escalou um de seus escudeiros mais fiéis para auxiliar Meirelles na árdua tarefa de entender o MDB, sigla marcada por divisões internas. João Henrique, que foi secretário-geral do partido sob a batuta de Temer, já fez diversas reuniões com o pré-candidato.

Cabo de guerra

Pressionado por deputados e senadores a passar logo e oficialmente o bastão de candidato a Meirelles, o presidente consultou **Moreira Franco (Minas e Energia)** e Eliseu Padilha (Casa Civil) sobre o assunto. O primeiro o aconselhou a aguardar.

Para toda obra

Dirigentes do PR dizem que a sigla não descarta compor com Geraldo Alckmin (PSDB) na disputa presidencial, indicando o empresário Josué Alencar (MG) para vice do tucano. O grupo que busca uma alternativa a Alckmin para a eleição, porém, chegou a sondar o mineiro para a cabeça da chapa.

Quem dá mais

Além do "novo centrão" e do PSDB, o PR também conversa com o PT. Há ainda a opção de um quarto caminho: chegou a 14 o número de parlamentares que quer se aliar a Jair Bolsonaro (PSL).

Eu sou o caminho

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, já havia desembarcado em Curitiba nesta quinta (17) com a intenção de chamar uma reunião com os governadores da sigla. Ao conversar com Lula na carceragem da PF, foi estimulada. Ele enfatizou que é candidato. Quer travar os acenos a Ciro Gomes (PDT).

Favas contadas

O ex-ministro José Dirceu demonstrou calma ao conversar com aliados após a rejeição ao último recurso que o mantinha fora da prisão. Bem-humorado,

chegou a dizer que não entendia o interesse da imprensa sobre um caso cujo desfecho estava assegurado.

Vida prática

A única preocupação do petista era com o local do cumprimento da pena. Ele preferia ficar preso no DF, perto de sua família.

Para constar

Aliados de Geraldo Alckmin receberam o resultado de pesquisas que sondaram o potencial de uma chapa 100% tucana: encabeçada pelo ex-governador e com João Doria (PSDB-SP) na vaga de vice.

Ver para crer

Pessoas que acessaram o levantamento dizem que a união com o ex-prefeito faz Alckmin saltar de um para dois dígitos na sondagem. O resultado levou integrantes do tucanato encomendarem enquête semelhante.

Quem tem boca

Em guerra com a italiana Enel pela compra da Eletropaulo, a companhia espanhola Iberdrola tentou sensibilizar o **Ministério de Minas e Energia** a analisar de maneira crítica a entrega da empresa paulista à concorrente, que tem o governo da Itália como acionista.

O que diz...

Iberdrola disse ver riscos na cessão de dados a uma estatal estrangeira — e questionou o discurso de valorização da parceria com empresas privadas, mote do projeto de venda da Eletrobras.

...o que faz

Aliados de **Moreira Franco** afirmam que ele parece não ter se convencido de que há problema. O MME tem tratado a disputa como um problema da Eletropaulo e não do governo federal.

TIROTEIO

A palavra veto é muito forte para quem está na política. Sempre é bom lembrar que quem veta pode depois ser vetado

De Carlos Lupi, presidente nacional do PDT, sobre Lula travar o apoio de governadores petistas a Ciro Gomes na corrida pelo Planalto

Com Thais Arbex e Isabel Fleck

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack e Maeli Prado

Título: Governo recorre à AGU para negociar pré-sal com Petrobras

União e estatal discutem valores do direito de exploração cedido em 2010

O governo acionou a AGU (Advocacia-Geral da União) para concluir a renegociação de um contrato assinado em 2010 com a Petrobras que garantiu à petroleira o direito de explorar 5 bilhões de barris de petróleo na área do pré-sal.

Esse óleo foi cedido pela União como parte da capitalização da estatal, que precisava de recursos para iniciar os investimentos no pré-sal naquele momento. Se a União não investisse, teria sua participação acionária diluída.

O contrato previa a renegociação dos valores quatro anos depois, para ajustar o preço às variações da cotação do petróleo no mercado internacional. Naquele momento, o barril era negociado por cerca de US\$ 10 e os custos de exploração eram diferentes; agora, beira os US\$ 80 (Brent). Por isso, a Petrobras quer uma indenização de US\$ 20 bilhões, segundo pessoas que participam das conversas.

Nesta quinta-feira (17), o Ministério da Fazenda divulgou uma nota informando que a comissão técnica que discutia os termos do contrato chegou "a uma base única de informações a ser utilizada para calcular o valor final do contrato".

O ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, disse à Folha que restou uma dúvida jurídica. "São pendências que se referem aos custos [da Petrobras]", disse o ministro.

Caberá à advogada-geral da União, ministra Grace Mendonça, preparar um parecer que servirá de base para que o governo se posicione em uma nova rodada de negociações com a Petrobras.

A expectativa de Moreira Franco é que esse impasse seja resolvido na próxima semana.

Caso o governo consiga fechar um acordo com a Petrobras, ele terá de ser apreciado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

A Petrobras terá de submeter o acordo ao comitê de acionistas minoritários e ao conselho de administração.

Sem dinheiro em caixa, o governo ainda não definiu de onde sairão os recursos para indenizar a petroleira.

Quando o contrato foi assinado, em 2010, estimava-se que a área do pré-sal poderia ter 5 bilhões de barris. Mas, quando a exploração começou, os técnicos estimaram que aqueles campos poderiam produzir pelo menos 12 bilhões de barris.

Por isso, o governo considera pagar à estatal com parte dos 7 bilhões de barris de petróleo excedentes e leiloar a diferença. O leilão poderia render mais de R\$ 113,7 bilhões à União. Nesse modelo, a Petrobras terá ainda preferência em 30% dos blocos e poderá buscar parceiros no mercado que aceitem entrar no negócio, pagando por isso.

Petróleo supera em US\$ 80 pela primeira vez em quatro anos

Novas sanções americanas que incidirão sobre o setor de energia do Irã e as consequências do colapso econômico da Venezuela geraram temores de um aperto significativo na oferta mundial de petróleo, levando os preços a superar nesta quinta (17) a marca dos US\$ 80 por barril pela primeira vez em quase quatro anos.

O barril padrão Brent, negociado em Londres, atingiu a máxima de US\$ 80,50, mas fechou cotado US\$ 79,30, em leve alta de 0,03%.

Financial Times, tradução de Paulo Migliacci

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes Anne Warth

Título: Governo vai à AGU por cessão onerosa

Prazo para acordo entre União e Petrobrás que viabilizaria megaleilão no pré-sal terminou ontem, e Planalto busca saída para impasse

Sem chegar a um acordo com a Petrobrás no prazo previsto, o governo recorreu ontem à Advocacia-Geral da União (AGU) para acabar com impasse legal e

fechar acordo para a revisão do contrato de cessão onerosa da Petrobrás. Com a decisão, a equipe econômica busca segurança jurídica para selar os termos com a estatal e levar adiante a assinatura da revisão. O impasse alonga ainda mais o processo de negociação e amplia as incertezas em relação à possibilidade de o megaleilão de concessão à iniciativa privada do excedente de óleo da área no pré-sal ser realizada este ano. Ele pode render R\$ 100 bilhões aos cofres do governo. No limite, para o leilão de áreas excedentes da cessão onerosa ser realizado em dezembro, o edital teria de ser publicado em outubro, depois da aprovação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), órgão de assessoramento da Presidência da República.

Após a aprovação da rodada pelo CNPE, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) leva entre três e quatro meses para publicar o edital da licitação. Normalmente, o leilão é realizado dois meses depois da publicação dele. O Tribunal de Contas da União (TCU) também precisa dar seu aval para a operação. Se o acordo com a petrolífera não for fechado rapidamente, o leilão acabará ficando para 2019, já no governo do próximo presidente – risco considerado elevado. Ao Estadão/Broadcast, **o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, informou que apenas um ponto de divergência de natureza legal será analisado pela AGU. Moreira disse esperar que a consulta esteja pronta no prazo de uma semana a 10 dias. Mas o ministro evitou fazer um prognóstico sobre a possibilidade de o leilão das áreas excedentes da cessão onerosa ficar para o próximo governo.

"Eu acho que primeiro a gente tem de resolver as divergências. Vamos etapa por etapa", afirmou. O megaleilão, junto com a privatização da Eletrobrás, está no topo das prioridades da agenda econômica do governo Temer. A comissão não chegou nem mesmo a definir a forma de pagamento entre as partes – União e Petrobrás – na cessão onerosa. Como não houve consenso para a definição dos valores envolvidos na revisão do contrato, também não se avançou nessa questão. O contrato de cessão onerosa foi fechado entre a Petrobrás e a União em 2010. Por ele, a estatal passou a ter direito de explorar regiões do pré-sal mesmo sem a realização de uma licitação.

Em troca, a empresa pagou R\$ 74,8 bilhões ao Tesouro Nacional. Sem sucesso na comissão, a partir de agora, a negociação passará a ser feita pelos ministros, que terão de aguardar parecer de uma consulta jurídica que será feita à AGU. O relatório da comissão não será público. Mas pontos importantes, como a data de referência para a definição do preço e a avaliação da curva de produção já foram definidos. A pendência que será levada à AGU é bastante relevante e alcança outros subitens da revisão. O governo minimizou o impasse em relação à cessão onerosa. O Ministério da Fazenda informou, em nota, que a comissão teve êxito em concluir uma avaliação técnica.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Celso Ming****Título: A disparada do petróleo**

Os preços do petróleo voltaram a galopar. Desde junho de 2017 subiram 56%. Ontem, as cotações do barril tipo Brent (do Mar do Norte) ultrapassaram os US\$ 80, embora fechadas a US\$ 79,30. O gráfico ao lado dá noção da evolução dos preços. Essa disparada só em parte tem a ver com a decisão da Opep, tomada em outubro de 2016, de cortar em 1 milhão de barris as exportações do cartel. São dois os fatores novos que a produziram. O primeiro é a denúncia pelo presidente Trump do acordo nuclear dos Estados Unidos com o Irã, que deve voltar a impor bloqueio comercial e, portanto, suspender exportações de cerca de 2,5 milhões de barris diários por parte do Irã. E o outro, a quebra de produção de petróleo pela Venezuela em consequência dos graves problemas enfrentados pela economia e dificuldades da PDVSA (a estatal petroleira do país).

O consumo mundial se aproxima dos 100 milhões de barris diários e a quebra de 2,5% na oferta global tende a produzir enorme desequilíbrio no mercado, pois produz corrida à formação de estoques. A escalada tem potencial inflacionário nos Estados Unidos e no resto do mundo, pelo seu impacto não só nos combustíveis, mas, também, nas tarifas de energia elétrica, uma vez que mais de 40% da matriz de energia elétrica global ainda depende da queima de derivados de petróleo e gás. Do ponto de vista da economia brasileira, essa alta vem com sinais antagônicos. Algum impacto inflacionário parece inevitável, tanto pelo aumento dos preços dos combustíveis (e do transporte) quanto por alguma transmissão da inflação externa para dentro do País, por meio das importações.

Mas do ponto de vista fiscal é positiva, por duas razões: valoriza as reservas de petróleo do Brasil e deve aumentar os prêmios dos próximos leilões de áreas; e, segunda, porque o aumento de preços eleva não só o valor dos royalties aos Estados, mas também a arrecadação, na medida em que o ICMS sobre os preços dos combustíveis tem grande peso nas receitas estaduais. Não dá para prever até onde vai essa alta nem a partir de quando deverá reverter-se. Depende muito de como evoluirá a crise dos Estados Unidos com o Irã, país que produz cerca de 5 milhões de barris diários, dos quais apenas 2 milhões vão para consumo interno. A médio prazo preços tão elevados tendem a colocar em produção não só poços desativados antes considerados não competitivos, mas, também, novos campos de produção de petróleo de xisto, especialmente nos Estados Unidos.

A atual política da Petrobrás consiste em repassar ao consumidor os preços internacionais em dólares convertidos em reais. Isso significa que os derivados do petróleo sofrem duplo impacto altista: o das cotações do petróleo e o das cotações do dólar no câmbio interno. Já começou a gritaria dos caminhoneiros, que queimam óleo diesel todos os dias. Pretendem que a Petrobrás volte a subsidiar os preços. Trata-se de um pleito inviável, porque sangra o caixa da estatal e ainda impede a obtenção de novos sócios para as refinarias que têm de ser construídas. Outra opção seria derrubar os impostos, principalmente o ICMS. Mas aí, os principais prejudicados seriam os Estados.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Márcia De Chiara / SÃO PAULO Denise Luna / RIO

Título: Caminhoneiros prometem parar por conta de aumentos no diesel

Associação diz que altas seguidas tornam o setor inviável; mas, para especialista, aumentos devem continuar

Os aumentos seguidos nos preços do diesel levaram os caminhoneiros autônomos a programarem uma paralisação em todo o País a partir de segunda-feira, se não forem atendidas uma série de reivindicações apresentadas ao governo federal. Os caminhoneiros querem a redução da carga tributária sobre o diesel. Reivindicam a zeragem da alíquota de PIS/Pasep e Cofins e a isenção da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico). Os impostos representam quase a metade do valor do diesel na refinaria. Segundo eles, a carga tributária menor daria fôlego ao setor, já que o diesel representa 42% do custo da atividade. "O dia D é amanhã (hoje)", disse o presidente da Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam), que reúne 700 mil caminhoneiros autônomos – não ligados às transportadoras. Ele faz referência a resposta às reivindicações aguardada pela categoria até hoje no final do dia.

"A intenção não é fechar rodovias, mas os caminhoneiros não vão sair de casa, não vão carregar os caminhões." Hoje, o transporte rodoviário responde por 56% de tudo que é fabricado e consumido no País e os autônomos transportam a maior parte da carga rodoviária. Por conta dos reajustes diários no diesel, os caminhoneiros autônomos dizem estar no limite. Nos últimos 12 meses, o diesel subiu 15,9% no posto. O aumento é resultado da nova política de preços da Petrobrás, que repassa para os combustíveis a variação da cotação do petróleo no mercado internacional, para cima ou para baixo. Nos últimos meses, porém, o petróleo tem apresentado forte alta – ontem, chegou a bater na casa dos US\$ 80 o barril, valor que não registrava desde novembro de 2014.

Os motivos da alta são principalmente geopolíticos, somados aos 17 meses de redução da produção dos países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). "Os fatores geopolíticos não vão arrefecer rápido, por isso, o preço não vai cair, mas pode estimular investimentos para aumento de produção em países como o Brasil", disse Mauricio Tolmasquim, professor da Coppe/UFRJ. Postos. A reivindicação dos caminhoneiros é apoiada pelos donos de postos de combustíveis, que dizem estar perdendo margens com os aumentos de preços. Segundo o presidente da Fecombustíveis, Paulo Miranda Soares, o setor vai sugerir ao governo a redução dos impostos sobre os combustíveis e também que a Petrobrás faça o reajuste em intervalos maiores.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Ativos da Petrobrás na África geram disputa

Os três maiores negociadores de petróleo do mundo – Vitol, Glencore e Royal Dutch Shell – estão envolvidos no processo de compra do braço africano da Petrobrás, segundo informações da Reuters. Em novembro do ano passado, a estatal colocou à venda 100% da Petrobrás Oil & Gas dentro de seu plano de redução de endividamento. A Petrobrás detém metade das ações da empresa, enquanto 40% pertencem a uma subsidiária do banco brasileiro BTG Pactual e 10% estão nas mãos da Helios Investment Partners.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Hamilton Ferrari

Título: Escalada do petróleo acende alerta no BC

O aumento de preços administrados — aqueles estabelecidos em contrato, ou monitorados pelo governo — acendeu o alerta no Banco Central (BC) para o ressurgimento de pressões inflacionárias havia muito tempo adormecidas. A alta do petróleo nos mercados internacionais, por exemplo, está encarecendo o preço dos combustíveis no país. A cotação do petróleo tipo Brent chegou a ultrapassar US\$ 80, ontem, patamar que não era atingido desde 2014, embora tenha terminado o dia em US\$ 79,52. O movimento também é impulsionado pelo dólar, que ontem superou R\$ 3,70, acumulando a quinta elevação consecutiva. Além disso, as revisões tarifárias de energia elétrica estão superando as projeções dos analistas, chegando a mais de 20% em alguns casos.

O mercado já está revisando para cima as previsões de alta dos preços

administrados. No boletim Focus divulgado nesta semana pelo BC, os economistas consultados aumentaram a estimativa de alta nos preços desse grupo de produtos em 2018. A mediana das projeções avançou de 5% para 5,2%. Por enquanto, a autoridade monetária espera alta de 4,8%.

Principais desencadeador desse movimento, os combustíveis já estão sendo fortemente impactados pela alta do dólar e do petróleo no mercado externo. A partir de hoje, por exemplo, o óleo diesel e a gasolina estarão 0,95% e 1,8% mais caros, respectivamente, nas refinarias da Petrobras. É o quarto reajuste anunciado nesta semana pela estatal. Os preços dos combustíveis têm se mantido em alta desde que a empresa anunciou a nova política de preços, com ajustes quase que diários baseados nas cotações do petróleo no exterior e da taxa de câmbio entre o dólar e real.

Segundo economista-chefe do banco ABC Brasil, Luís Otávio de Souza Leal, os avanços do câmbio e do petróleo nas últimas semanas geram expectativa de impacto maior na inflação deste ano. Segundo cálculos do especialista, a elevação dos preços administrados pode representar 2,2 pontos percentuais no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2018. “Assim como ocorreu no ano passado, eles serão os grandes vilões, porque os preços livres terão variação muito menor do que a média, atingindo 1,8 ponto percentual. O grupo alimentação, por exemplo, teve um início de ano muito mais tranquilo do que o esperado do ponto de vista inflacionário”, ressaltou.

Os analistas avaliam que essa também foi uma das razões de o Banco Central ter optado por manter a taxa básica de juros (Selic) em 6,5% ao ano, evitando maiores pressões inflacionárias. “O avanço dos preços administrados deve, sim, ter um impacto no IPCA, e esse foi mais um dos motivos que justificam a decisão acertada do BC em manter a taxa”, avaliou Carlos Eduardo de Freitas, ex-diretor do Banco Central. “Além da alta do dólar, temos o aumento do preço do petróleo. Então, há um impacto duplicado”, completou.

Revisões

De acordo com o IPCA, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os preços dos combustíveis subiram 3,31% neste ano, impulsionados pela alta da gasolina e do diesel, que aumentaram 3,37% e 4,02%, respectivamente. A elevação do petróleo também impacta o botijão de gás, mas a política de preços adotada pela Petrobras, no caso específico desse produto, é de reajustes trimestrais, o que retarda o repasse da escalada das cotações externas ao bolso do consumidor.

Do lado do preço da energia, os analistas afirmam que as novas tarifas estaduais anunciadas já estão “precificadas” nas análises do boletim Focus, mas advertem

que os reajustes têm ficado acima do esperado. Além dos aumentos anuais que seguem a variação de índices de inflação, cada companhia de energia tem direito a revisões tarifárias, que são realizadas a cada quatro anos, para preservar o equilíbrio financeiro das concessões. Várias revisões foram feitas na casa de dois dígitos, com uma delas superando 20%. O mercado está atento às novas correções que devem ocorrer até o final do ano.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Rosana Hessel

Título: Acordo adiado

A última reunião da comissão interministerial criada para rever o contrato de cessão onerosa celebrado entre a União e a Petrobras terminou ontem sem conclusão, conforme nota divulgada pelo Ministério da Fazenda à noite. A pasta informou que as conversas serão retomadas, mas não precisou quando isso ocorrerá.

A expectativa de que o acordo não seria concluído levou investidores a vender ações da Petrobras, embolsando os ganhos obtidos nos últimos dias. Os papéis vinham subindo porque o entendimento pode significar ganho financeiro para a estatal. Ontem, porém, mesmo com o petróleo mantendo a alta no mercado externo, encostando em US\$ 80, as ações preferenciais da empresa fecharam em queda de 5,3%.

“A União optou por realizar consulta jurídica a outros órgãos de governo para orientar seus representantes. A partir disso, União e Petrobras retomam as negociações que resultarão em minuta de aditivo contratual acordada entre as partes e que será enviada para deliberação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)”, informa a nota da Fazenda. De acordo com o comunicado, no entanto, “a comissão teve êxito em trazer todas as informações técnicas e jurídicas necessárias para o acordo”

Pelo contrato de cessão onerosa, assinado em 2010, a União cedeu à Petrobras o direito de explorar 5 bilhões de barris de petróleo em áreas do pré-sal, sem necessidade de licitação. A estatal pagou R\$ 74,8 bilhões pelo contrato. O contrato, porém, prevê revisão por conta das variações do dólar e do preço do barril do óleo no período.

E como foi descoberto que havia mais petróleo do que o previsto, negociações para um novo acordo sobre o preço dos barris adicionais foram abertas em janeiro. O governo prevê arrecadar até R\$ 100 bilhões com o leilão do

excedente de petróleo, algo em torno de seis bilhões de barris. Parte disso pode ser revertido à Petrobras. **(RH)**

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Negócios

Autor: Amauri Segalla

Título: Energia livre vale R\$ 9 bilhões

O mercado livre de energia, no qual empresas e consumidores compram diretamente de quem produz e distribui, não para de crescer. Na BBCE, líder no ramo, os primeiros quatro meses do ano já superaram 2017 inteiro, com volume de negócios na casa dos R\$ 9 bilhões. “Tivemos um início de ano desafiador, mas nossa estratégia de crescimento, baseada em inovação tecnológica, vem se confirmando”, diz Victor Kodja, presidente da empresa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Por Daniel Rittner e Fabio Graner | De Brasília

Título: Governo aciona AGU para fim de impasse no pré-sal

O governo frustrou as expectativas do mercado sobre o anúncio de um acordo com a Petrobras em torno do contrato de cessão onerosa e levou o impasse para a Advocacia-Geral da União (AGU). A comissão interministerial instituída em janeiro para encaminhar uma revisão contratual terminou seus trabalhos, depois de 120 dias, sem ter alcançado um entendimento definitivo.

"Todos os problemas técnicos foram encaminhados, restando um problema de natureza jurídica, com repercussões financeiras", disse ao Valor **o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco.**

Segundo ele, a melhor forma de solucionar essas pendências é por meio de uma "conciliação" da AGU. O ministro ressalta, no entanto, que isso não deve demorar. "Minha expectativa pessoal é [de solução] em uma semana".

Outra fonte ouvida pelo **Valor** afirma que, apesar de nítidos avanços e da proximidade de acordo sobre a cessão onerosa, um dos temas ainda sem consenso é se o provável pagamento da União à Petrobras deve ser cotado em reais ou em dólares. Em meio à volatilidade cambial das últimas semanas, não é um ponto menor. Haveria, ao todo, três ou quatro divergências entre os dois lados.

Em nota divulgada ontem à noite, o Ministério da Fazenda disse que a comissão interministerial "teve êxito" em seus trabalhos, mas não divulgará seu relatório até a conclusão das negociações. Entre os avanços, a Fazenda citou a construção de uma base única de informações a ser utilizada para um cálculo do valor final do contrato, envolvendo a curva de produção do volume contratado e datas de referência.

De acordo com a nota, a União optou por realizar consulta jurídica a outros órgãos de governo para orientar seus representantes, responsáveis por negociar com a Petrobras. A estatal não participará das tratativas com a AGU porque isso poderia causar problemas com seus acionistas minoritários - não se pode aceitar o sócio controlador como árbitro de uma suposta conciliação, disseram pessoas ligadas à empresa.

"A partir disso [consulta à AGU], União e Petrobras retomam as negociações que resultarão em minuta de aditivo contratual acordada entre as partes e que será enviada para deliberação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)", conclui a nota, sem indicar previsão de data.

Apesar de não ter chegado a uma conclusão definitiva, nos bastidores a equipe econômica ainda tenta mostrar algum otimismo com as chances de resolver a questão nas próximas semanas e, assim, conseguir viabilizar o leilão dos excedentes de petróleo na área do pré-sal relativa à cessão onerosa. A percepção é que, se isso for resolvido e tiver um sinal claro de um leilão dessa mega-área, uma injeção de ânimo pelo canal das expectativas pode dar um combustível extra para a economia. O mesmo raciocínio feito para a privatização da Eletrobrás, que ainda patina no Congresso Nacional e tem risco de não sair mais neste ano.

Em 2010, a Petrobras recebeu o direito de explorar 5 bilhões de barris em seis blocos na camada do pré-sal. Hoje se estima um excedente de, no mínimo, mais 6 bilhões de barris. A ideia, desde o início do funcionamento da comissão, é entregar parte disso à estatal e leiloar o restante em um certame que poderia gerar até R\$ 100 bilhões aos cofres públicos.

A AGU vai dar um parecer indicando quais as suas interpretações jurídicas para os temas que ficaram sem solução. A Petrobras não é parte direta na consulta, mas sua visão geral está representada pelo Ministério de Minas e Energia, segundo fontes. Na outra ponta está o Ministério da Fazenda, por meio da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). O Tribunal de Contas da União (TCU) também pode ser acionado para dar uma posição.

Integrantes da AGU lembraram que não é a primeira vez que se chama o órgão tentar viabilizar soluções em temas delicados. Um deles, por exemplo, foi o

acordo para compensar perdas por causa de planos econômicos. Recentemente, os advogados da União também foram escalados para tratar da questão do auxílio-moradia dado a autoridades. **(Colaborou Fernando Exman)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Por André Ramalho | Do Rio

Título: Acerto entre estatal e União passará pelo Congresso

Petrobras e União encerraram ontem os trabalhos da comissão interministerial sobre a revisão do contrato da cessão onerosa, sem uma sinalização concreta sobre os valores envolvidos e sem prazos para um entendimento final. As duas partes terão pela frente uma agenda intensa para concluir as negociações, que passam não só pela estatal e pelos três ministérios envolvidos, mas também pelo Congresso. É muito provavelmente no Legislativo que a solução será viabilizada.

Junto com a renegociação do contrato que cedeu à Petrobras o direito de produzir até 5 bilhões de barris no pré-sal, como parte da megacapitalização da companhia, em 2010, tramita na Câmara, hoje, um projeto de lei que pode ajudar a União e a petroleira a fecharem um entendimento. Segundo fontes consultadas pelo **Valor**, o PL nº 8939/2017, que libera a Petrobras para vender até 70% de sua participação nas áreas da cessão onerosa, foi um pleito da estatal nas rodadas de negociação.

O mais provável hoje é que a União pague a Petrobras em barris, dada as restrições orçamentárias do Tesouro. Essa é a hipótese que vem sendo sinalizada pelo governo desde o início das conversas com a estatal e dependeria de um ajuste numa das cláusulas do contrato - que permite que a União pague a petroleira somente em dinheiro, títulos da dívida pública, valores mobiliários emitidos pela União, "ou por outro meio acordado pelas partes, sujeita às leis orçamentárias".

O mercado estima que a Petrobras tenha a receber até 2 bilhões de barris excedentes, segundo as projeções do UBS (2 bilhões de barris excedentes), Santander (entre 1 bilhão e 2 bilhões de barris) e Bradesco (1,4 bilhão de barris). Sem o anúncio da conclusão de um acordo, o mercado reagiu e as ações da empresa caíram 4,9% (ONs) e 5,48% (PNs).

Só que, para a Petrobras, essa alternativa não traz imediatamente dinheiro para o caixa, já que os barris da cessão onerosa só serão produzidos ao longo das próximas décadas. Búzios, o primeiro projeto da cessão onerosa tirado do papel

pela Petrobras, por exemplo, só começou a produzir em abril, oito anos após a aprovação da lei que autorizou a cessão onerosa.

"Se a Petrobras fosse liberada a vender parte de sua fatia na cessão onerosa, a situação de endividamento dela melhoraria muito, ajudaria a antecipar a meta de redução da dívida [hoje de US\$ 81,4 bilhões]", comenta Paulo Valois, sócio do escritório Schmidt Valois.

E é aí que entra a saída via lei. No meio da queda-de-braço com a União durante as renegociações do contrato da cessão onerosa, a Petrobras tenta emplacar a aprovação do projeto de lei, para alterar a lei nº 12.276/2010, que autorizou a cessão onerosa e que proíbe que essas áreas cedidas à estatal sejam transferidas para outras empresas. Segundo fontes, a Petrobras cederia nas negociações, permitindo que a União pague em barris, mas em troca pede a aprovação do projeto que a libera para vender parte de seus ativos na cessão.

É incluindo esses ativos do pré-sal, valiosos, no programa de desinvestimentos que a Petrobras espera gerar caixa para acelerar sua meta de redução de dívidas. Permitir a entrada de sócios nesses projetos é essencial também para que a empresa tenha com quem dividir pesados investimentos no desenvolvimento desses campos.

Outra alternativa avaliada ao longo dos últimos meses de negociação foi a possibilidade de a União pagar a Petrobras com parte do dinheiro arrecadado com o leilão dos excedentes da cessão onerosa (volumes descobertos que superam os 5 bilhões de barris aos quais a Petrobras tem o direito de produzir nas áreas cedidas). De uma forma ou de outra, o acordo passaria pela revisão da legislação vigente, para permitir que outras empresas possam entrar nas áreas da cessão. Daí a preocupação com a celeridade dos avanços da negociação, em meio à proximidade do calendário eleitoral que tende a esvaziar o Congresso.

Pelo contrato, a Petrobras tem direito de produzir 5 bilhões de barris nos campos de Itapu, Búzios, Sul de Sapinhoá, Norte e Sul de Berbigão, Norte e Sul de Sururu e Atapu, Sul de Lula e Sépia, mas descobriu volumes superiores nessas áreas - a Agência Nacional de Petróleo (ANP) estima excedentes de 6 bilhões a 15 bilhões de barris.

O advogado Giovani Loss, especialista na área de óleo e gás do escritório Mattos Filho, acredita que, para viabilizar o leilão, uma solução seria que a União e a Petrobras chegassem a um acordo para que a estatal ficasse com apenas parte dessas áreas - aquelas com reservas suficientes para que a estatal produza os 5 bilhões de barris garantidos em contrato, mais os excedentes a que terá direito ao fim da revisão do contrato. Os demais campos seriam devolvidos pela

Petrobras e colocados à disposição para leilão. "Essa é a solução mais provável", opina o advogado.

O megaleilão dos excedentes da cessão onerosa é encarado na indústria como uma oportunidade única no mundo e, certamente, como a maior rodada já realizada no Brasil.

"É uma oportunidade fabulosa para as petroleiras. São áreas com descobertas já confirmadas, de risco exploratório baixo e com sinergias com infraestruturas já existentes", afirma Anderson Dutra, sócio-líder de óleo e gás da KPMG no Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Por De São Paulo

Título: Confisco de ativos deve reduzir venda de petróleo

A exportação de petróleo, que representa mais de 96% das exportações totais da Venezuela, devem cair com a recente tomada de ativos no Caribe da estatal petroleira PDVSA pela ConocoPhillips.

Nos últimos dias, o grupo americano assumiu ativos da PDVSA nas ilhas de Bonaire, Curaçao, Aruba e Santo Eustáquio, para compensar os US\$ 2 bilhões devidos à empresa pela estatização de suas operações na Venezuela, mais de uma década atrás. Ao menos um sexto - ou 150 mil barris por dia - do que a Venezuela exporta depende dessas unidades, diz Carlos de Souza, da Oxford Economics.

Apesar de servirem como refinaria, onde o petróleo pesado venezuelano é misturado a petróleo leve, a principal função das instalações da PDVSA no Caribe é armazenamento do produto.

Analistas do site Kpler, que monitora navios petroleiros, creem que a disputa com a Conoco restringirá a capacidade de exportação do país, dada à "perda de opções de armazenamento" nas ilhas caribenhas, o que está levando petroleiros a voltarem à Venezuela.

Em 18 de abril, o navio petroleiro British Cygnet deixou Primorsk, na Rússia, com 762.750 barris de petróleo. Ele deveria descarregar o petróleo leve em Curaçao em 6 de maio, mas seguiu para a refinaria de Amuay, na costa venezuelana. O mesmo ocorreu com o petroleiro Advantage Atom, que em 22 de abril deixou um porto russo com 766 mil barris, rumo a Curaçao.

Em abril, a produção de petróleo da Venezuela caiu 0,3% para 1,5 milhão de barris/dia, segundo a Oxford Economics. A consultoria prevê que a produção venezuelana caia neste ano para entre 1,3 milhão b/d e 1 milhão b/d.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Por Bojan Pancevski | Dow Jones Newswires, de Berlim

Título: Trump pressiona Merkel a desistir de gás russo

O presidente dos EUA, Donald Trump, está pressionando a Alemanha para que desista de negócios com a Rússia no setor de gás, como preço a pagar para evitar uma guerra comercial entre EUA e União Europeia, segundo autoridades americanas e europeias.

Segundo essas fontes, Trump disse em abril à premiê alemã, Angela Merkel, que a Alemanha deveria abandonar o Nord Stream 2, um gasoduto que vai trazer gás diretamente da Rússia, através do mar Báltico. Isso ocorreria em troca de os EUA iniciarem negociações com a União Europeia (UE) sobre um novo acordo comercial.

A pressão da Casa Branca reflete as táticas duras que vêm sendo usadas pelos EUA na esfera comercial, em atitudes que contribuíram para o aumento das tensões entre a Europa e os EUA e intensificaram o temor de que tarifas olho por olho poderiam ser impostas à indústria automobilística alemã.

"Donald Trump é um negociador de contratos... Há um acordo a ser feito se alguém [na Alemanha] se levantar e disser 'ajude-nos a proteger um pouco mais nossa indústria automobilística, porque somos ótimos nisso, e então vamos ajudá-los no Nord Stream 2'", disse uma autoridade americana.

Washington se opõe ao gasoduto porque ele tornaria a Ucrânia - atualmente a principal rota de trânsito do gás russo para o Ocidente - e outros aliados dos EUA na UE mais vulneráveis a pressões russas. Autoridades alemãs dizem que os EUA também estão interessados em substituir a Rússia como fornecedor de gás para a Europa.

"Trump quer bloquear o Nord Stream 2 para vender gás liquefeito para a Europa via Alemanha. Estamos abertos a isso, mas a questão é que volumes os americanos podem fornecer e a que preço", afirmou um funcionário alemão.

Embora Merkel não tenha abandonado seu interesse no gasoduto, ela disse ontem que a UE havia concordado, na cúpula da véspera, em oferecer

"cooperação mais estreita" no terreno do gás, em troca de isenção permanente às tarifas americanas ao aço e alumínio.

Trump vem pressionando por melhor acesso de empresas americanas ao mercado da UE. Se a UE não se dispuser a acomodar as queixas de Trump, os EUA vão aplicar à Europa tarifas punitivas sobre o aço e o alumínio a partir de 1º de junho. A UE prometeu adotar tarifas retaliatórias.

Um funcionário da Casa Branca disse que Trump discutiu o gasoduto e as tarifas com a premiê alemã durante seus encontros, mas nunca vinculou diretamente as duas questões. "São dois assuntos independentes", disse.

Trump criticou publicamente o gasoduto Nord Stream 2, tendo dito, durante uma reunião com chefes de Estados bálticos na Casa Branca, neste ano, que "a Alemanha quer se conectar por um gasoduto à Rússia, que a Alemanha vai pagar à Rússia bilhões de dólares por energia... Isso não está certo."

Sucessivos governos americanos pressionaram a Europa, e a Alemanha em particular, a criar a infraestrutura necessária para receber os embarques de gás natural dos EUA - uma fonte potencial de grande receita num mercado de energia cada vez maior.

O gás liquefeito dos EUA precisa ser transportado de navio pelo oceano Atlântico e seria consideravelmente mais caro do que o gás russo entregue via gasoduto. Um alto funcionário da UE que trabalha com regulamentação no setor de energia disse que o gás russo seria ao menos 20% mais barato.

O Nord Stream 2 constitui a segunda fase de um gasoduto existente que já transporta um volume menor de gás russo para a Alemanha. A construção da segunda fase começou nesta semana na Alemanha, depois que investidores comprometeram € 5 bilhões (US\$ 5,9 bilhões) com o empreendimento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Opep deve manter acordo

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) abriu caminho para advogar em defesa da continuidade de seu acordo interno e com aliados, que corta a produção em quase 1,8 milhão de barris por dia, avalia Norbert Rücker, chefe de análise de commodities do banco Julius Baer. Para o especialista, as

declarações recentes de autoridades dão a pista de que o cartel não quer perder essa limitação, que ajudou o petróleo a disparar desde 2017. Há falas que vão desde a potencial mudança da meta antes de revogar o acordo, para um nível de estoques abaixo da média dos últimos anos, até sobre o papel da especulação na valorização de agora. Ontem, o Brent, para entrega em agosto, fechou cotado em US\$ 79,25 na ICE Futures de Londres, alta de 0,1% e maior nível desde novembro de 2014. Na Nymex, de Nova York, o WTI avançou 0,01%, a US\$ 71,57 o barril - nível visto da última vez na mesma época que o Brent.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por André Ramalho | Do Rio

Título: Novo plano de investimento da Petrobras pode ser maior

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, vê espaço para que a empresa volte a aumentar os investimentos, ainda que de forma pontual, na nova versão do plano de negócios da companhia. A petroleira prepara uma revisão do atual plano, que prevê aportes de US\$ 74,5 bilhões entre 2018 e 2022, montante praticamente estável em relação ao planejamento estratégico anterior.

O plano de negócios da petroleira é revisado anualmente. Parente prega que o planejamento estratégico da empresa é uma "ferramenta dinâmica", ajustada sempre que "há razões para isso".

Segundo ele, a decisão de aumentar ou não os investimentos, dependerá do resultado dos próximos leilões, que podem demandar maiores compromissos da empresa em exploração nos próximos anos. A escalada dos preços do barril do petróleo e do dólar também podem influenciar a revisão das metas.

Nos últimos quatro leilões que a companhia participou, desde o ano passado, a estatal recompôs seu portfólio exploratório ao adicionar 17 novos blocos a sua carteira de ativos. A Petrobras também já manifestou o interesse de assumir a operação de três das quatro áreas a serem ofertadas na 4ª Rodada de partilha, em junho.

"O que a gente enxerga, neste momento, é que talvez possa haver algum incremento, mas não seria uma mudança estrutural no nível de investimentos. Depende um pouco dos resultados da companhia nos próximos leilões. Isso eventualmente pode ensejar uma atualização desses valores, mas não é nada estrutural", disse Parente ao **Valor**.

Ainda segundo o executivo, a Petrobras espera divulgar ao mercado entre o fim de julho e início de agosto a meta de desalavancagem para o 2019. Em paralelo,

a companhia trabalha na revisão de seu plano de negócios. Segundo Parente, a versão 2019-2023 deve ser publicada até o fim do ano.

Estatat espera divulgar ao mercado entre o fim de julho e início de agosto a meta para alavancagem em 2019

"[O plano de negócios] Virou uma ferramenta dinâmica que ajustamos toda vez que vemos razão para isso. Fazemos um acompanhamento permanente. Certamente, o que está acontecendo com o petróleo e câmbio recomendariam uma atualização da visão estratégica", disse.

O plano estratégico da empresa, hoje, trabalha com uma premissa de que o preço médio do barril do petróleo ficará em US\$ 53 este ano e em US\$ 58 em 2019, ante os patamares atuais, de US\$ 80 o barril (tipo Brent).

Outro ponto é a meta de reduzir a alavancagem, medida pela relação dívida líquida/Ebitda (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização), dos atuais 3,52 vezes, para 2,5 vezes ao fim de 2018. Falta, contudo, definir as métricas para os próximos anos. A estratégia da empresa é reduzir ainda mais a relação, para se aproximar de seus pares globais. Parente já sinalizou, anteriormente, que a intenção dele era convergir a alavancagem da empresa para patamares inferiores a 1,5 vez ao fim do horizonte do atual plano de negócios, em 2022.

O executivo explica, no entanto, que o principal direcionador da revisão da visão estratégica da empresa será o detalhamento do papel do gás natural nos negócios da companhia, como parte da estratégia de transição para uma economia de baixo carbono. O executivo vê espaço para aumento da participação do gás natural no volume total produzido. Hoje cerca de 20% do volume produzido pela companhia é gás e 80% petróleo.

"É uma discussão da qual seria a relação adequada entre óleo e gás para uma companhia como a Petrobras. Não é uma conclusão final, mas temos um claro sentimento de que nossa participação em gás é baixa e que provavelmente o número adequado seria maior que aquele que existe hoje", comenta.

Parente já chegou a afirmar que a petroleira poderia buscar aumento de sua produção de gás no exterior e que a parceria estratégica firmada com a britânica BP envolvia justamente um "interesse muito grande" na área de gás natural. Acrescentou que isso poderia incluir eventuais trocas de ativos nesse segmento.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Por Julia Payne | Reuters, de Londres****Título: Vitol, Glencore e Shell disputam PetroAfrica**

Os três maiores negociadores de petróleo do mundo estão disputando a compra do braço africano da Petrobras, que detém participações em dois grandes blocos, disseram pessoas da indústria e bancos nigerianos com conhecimento do assunto, após apresentarem lances no início deste mês. A estatal colocou a venda 100% da empresa.

O campo de Agbami produz cerca de 240 mil barris por dia, enquanto o Akpo produz quase 130 mil barris diariamente. Um terceiro campo, o Egina, deve entrar em operação no fim deste ano.

A Petrobras detém metade das ações, enquanto 40% estão com uma subsidiária do BTG Pactual e 10% a Helios Investment Partners. Os banqueiros estimaram que o valor do empreendimento seria de cerca de US\$ 2 bilhões.

A Vitol fez uma oferta em conjunto com a Delonex, subsidiária petrolífera da empresa americana de private equity Warburg Pincus, e a canadense Africa Oil, uma empresa de exploração de petróleo e gás que faz parte do sueco Lundin Group.

A Glencore se uniu à empresa nigeriana Seplat e à francesa Maurel & Prom, que é majoritariamente do governo indonésio. A estatal petrolífera da Indonésia, Pertamina, também apoia a Maurel & Prom e detém uma participação de 20% na Seplat.

O terceiro licitante foi a Famfa Oil, empresa privada, juntamente com a Royal Dutch Shell. A Famfa Oil é uma das concessionárias da operadora do campo de Agbami, juntamente com a Chevron, a Statoil e a Petrobras. A Chevron detém a participação majoritária.

Vitol, Glencore, Shell, Africa Oil não comentaram o assunto, enquanto Maurel, Famfa e Seplat não responderam aos pedidos de comentários. A Petrobras deve tomar uma decisão até o fim deste mês.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Por Renato Rostás e Chiara Quintão | De São Paulo****Título: Câmbio abre espaço para aumento do aço**

A disparada do dólar facilitou às siderúrgicas passarem reajustes de preço aos clientes nos últimos dias. O aço nacional já estava mais barato do que o importado, mesmo levando-se em conta o custo de internalizar o material, mas agora o câmbio deu a certeza de que a área comercial das produtoras precisava. A partir de 1º de junho, os aços planos - usados em automóveis, máquinas e eletrodomésticos - ficarão de 8% a 12% mais caros. No segmento de longos - consumidos pela construção -, alguns lotes podem ficar até 16% mais caros.

O bom momento dos preços lá fora também ajuda no poder de formação de preços das siderúrgicas. Para o segmento de planos, a retomada da demanda também é um fator benéfico nesse sentido. Segundo um executivo do setor de construção, por outro lado, como há expectativa de que os lançamentos imobiliários voltem a crescer no segundo semestre, as grandes negociações de preços de aços longos com as produtoras só ocorrerão em 2019, quando o ritmo de obras deve voltar a tomar corpo.

Ontem, a ArcelorMittal Tubarão anunciou aumento de 12% para laminados a quente, a frio e zincados, e de 8% para galvalumes, que é o aço revestido de zinco e alumínio, disse uma fonte. A notícia foi antecipada pelo **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**, no início da manhã.

Com isso, a alta nesse segmento ganhou corpo. Na quarta-feira, a CSN confirmou 11,75% para bobinas a quente e a frio e 8,25% para galvanizados e folhas metálicas. O mercado fica à espera de posicionamento da Usiminas.

Para a XP Investimentos, o anúncio é positivo para CSN e Usiminas, se esta última seguir a onda - o que costuma ocorrer. Parte do efeito benéfico já seria sentido no balanço do segundo trimestre, dado que os reajustes valerão em junho. "O preço no mercado doméstico ficaria com prêmio de 5% a 10% em relação ao material importado", diz.

Esse foi o argumento apresentado por Luis Martinez, diretor-executivo comercial da CSN, para o reajuste. Com a desvalorização do real ante o dólar, esse "prêmio" subiria para, no máximo, 8% em bobinas e 10% em zincados, mesmo com os aumentos.

As construtoras que atuam no mercado imobiliário também começaram a sentir pressão de reajustes para os aços longos. Parte delas ainda não foi comunicada, formalmente, da intenção das siderúrgicas, mas já há negociações em curso com uma parcela do setor e até acertos em alguns casos. Tentativas de elevação de preços são comuns em momentos de desvalorização da moeda brasileira.

"Todas as siderúrgicas estão aumentando preços de 8% a 16%", afirma fonte de uma construtora. Outro executivo diz que o setor de construção tem sido

informado de altas de 15%, e há quem tenha sido notificado de ajuste de 10% a partir de junho. As maiores fabricantes desse tipo de aço são Gerdau, ArcelorMittal Aços Longos e o grupo mexicano Simec.

Não há um movimento homogêneo de implantação das altas. A resistência ou aceitação dos reajustes propostos depende do volume comprado, de quanto tempo a construtora é cliente da siderúrgica e de sua capacidade de pagamento. Há empresas que conseguiram evitar aumentos nesta nova rodada de negociações. Outras companhias mantiveram preços para obras já em curso, mas tiveram de acatar reajustes para projetos que ainda serão erguidos.

A redução do ritmo de execução de obras imobiliárias decorrente da queda de lançamentos torna as conversas mais difíceis para as siderúrgicas. Se a produção estivesse a pleno vapor, o poder de negociação das construtoras seria menor. Uma fonte setorial pondera que algum grau de concessão é possível mesmo em momentos de maior atividade, devido à relação antiga com os fornecedores do insumo.

"A leitura que temos do setor é que o ambiente macroeconômico e as incertezas políticas impactaram, negativamente, a demanda a partir de abril. Há espaço para aumentos, depois da queda do real, mas a demanda não facilita", comenta um analista. Será possível ter mais clareza do rumo do setor com os dados do Instituto Aço Brasil e do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda), no início da próxima semana.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Por Ed Crooks | Financial Times, de Nova York

Título: Petróleo em alta volta a tornar o etanol celulósico competitivo

A recuperação dos preços do petróleo voltou a tornar promissoras as perspectivas para o etanol produzido a partir de resíduos agrícolas, o que no passado já chegou a ser a grande aposta da indústria de combustíveis alternativos.

Em meio a custos com combustível cada vez mais pesados no bolso do consumidor, o chefe do último consórcio ainda empenhado em produzir em grande escala esse tipo de etanol acredita que as outras empresas erraram ao desistir dessa frente. Feike Sijbesma, executivo-chefe da Royal DSM, empresa holandesa que faz parte do grupo que trabalha para produzir etanol celulósico na usina de Project Liberty, em Iowa (EUA), disse que o combustível caminha para ser competitiva frente à gasolina. A alta nos preços do petróleo ajuda.

A recente recuperação nas cotações para mais de US\$ 75 por barril do petróleo Brent aumenta as esperanças de que o etanol celulósico possa ser competitivo, caso os problemas de engenharia do processo possam ser solucionados. "Não tem sido uma estrada fácil, mas estamos chegando lá", disse ao jornal "Financial Times". "A tecnologia é mais complicada do que todos imaginavam no início".

A Royal DSM, que trabalha nas áreas química e de biotecnologia, criou a Project Liberty junto com a empresa americana de etanol Poet, para produzir o combustível a partir das espigas, folhas e cascas de milho deixadas após a colheita.

A usina foi inaugurada em 2014, mas ainda não atingiu a capacidade plena de produção de 20 milhões de galões de etanol (cerca de 76 milhões de litros) por ano.

DuPont, dos EUA, e Abengoa, da Espanha, que coordenavam projetos similares, os abandonaram.

O Project Liberty, no entanto, não só continuou operando como sua produção agora está em alta. Um sinal de como o consórcio Poet-Royal DSM se mantém confiante é o fato de que em 2017 prometeu construir instalações na usina para desenvolver as enzimas usadas para "romper" a celulose presente nos restos do milho e, assim, produzir o biocombustível.

Sijbesma disse que o maior desafio do Project Liberty foi a logística de recolher os resíduos de milho e, depois, processá-los antes de iniciar o tratamento na usina. A eficiência das enzimas em romper a celulose superou as expectativas, mas houve outros problemas, como a dificuldade de remover a sujeira, areia e pedras do material.

Ele acrescentou que esses problemas vão ser mais fáceis de resolver do que os métodos científicos básicos, de usar as enzimas para romper a celulose, porque são questões mais similares às de outros processos de produção.

No atual cenário de preços, se a Project Liberty estivesse produzindo a todo vapor, seu etanol seria competitivo em relação à gasolina, segundo Sijbesma. "Com qual preço nos sentimos confortáveis? US\$ 70". O petróleo Brent passou dos US\$ 79 por barril nesta semana pela primeira vez desde 2014.

Há dez anos, o etanol celulósico era visto como vital para o futuro do fornecimento de fontes de energia, pois representava uma opção para os combustíveis fósseis e tinha emissões mais baixas de gases-estufa, além de não concorrer com a demanda por alimentos.

A Lei de Segurança e Independência Energética dos EUA, de 2007, traçou metas ambiciosas para o uso dos biocombustíveis celulósicos, que não chegaram nem perto de ser alcançadas. Foram produzidos 10 milhões de galões de etanol celulósico em 2017 nos EUA, só 0,2% do objetivo original.

A DowDupont, criada pela fusão da DuPont e da Dow Chemical, parou de produzir em sua usina de etanol celulósico em Iowa e a colocou à venda. A Abengoa também desativou sua usina de etanol celulósico no Kansas, em 2015. A usina entrou em processo de recuperação judicial e foi comprada no fim daquele ano por uma empresa americana chamada Synata Bio, que, com uma oferta de US\$ 48,5 milhões, superou a Royal Dutch Shell em leilão. Fontes do setor dizem que a usina não aparenta estar produzindo etanol celulósico. Procurado, a Synata não faz nenhum comentário.

Outras empresas vêm tentando caminhos diferentes para produzir etanol celulósico. A DowDupont, por exemplo, vende as enzimas para o combustível produzidas a partir dos grãos de milho que sobram da produção do etanol convencional. A Aemetis, da Califórnia, pretende criar uma usina para produzir etanol celulósico a partir de resíduos de pomares e cascas de nozes.

A exigência de uso de biocombustíveis prevista na lei de 2007 continua, mas modificada. No caso dos celulósicos, a exigência foi reduzida para cerca de 5% de sua meta original e, na maior parte, é cumprida por meio do uso de gás natural renovável, obtido de fontes como as usinas de tratamento de esgoto e aterros sanitários.

Para 2018, a exigência de uso de combustível celulósico foi fixada em 288 milhões de galões, abaixo dos 311 milhões de 2017. Os EUA estudam mudanças nas regras para encorajar a venda de etanol. No longo prazo, as perspectivas para o etanol e outros biocombustíveis celulósicos no mundo vão ser muito melhores se os preços do petróleo continuarem no nível atual ou se subirem ainda mais. **(Tradução de Sabino Ahumada)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação

Autor: Por Joice Bacelo | De São Paulo

Título: Justiça do Rio libera aposentados do pagamento de taxa extra à Petros

Participantes da Petros, o fundo de pensão da Petrobras, vêm conseguindo, por meio de ações judiciais, suspender a cobrança da taxa extra que foi instituída para cobrir um déficit de R\$ 27 bilhões. Os descontos iniciaram em março e há casos em que chegam a custar até três vezes mais para os beneficiários.

Em um dos processos julgados, por exemplo, um aposentado contribuía com R\$ 2.239,00 por mês e, após a cobrança da taxa extra, passou a ter que destinar R\$ 7.559,00 - quantia que representa cerca de 45% dos valores líquidos do seu benefício.

Os desembargadores da 20ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), que concederam liminar para quatro aposentados, consideraram o desconto "astronômico" e capaz de "danos irreparáveis aos assistidos". Entenderam ainda que quem deveria arcar com o déficit do fundo de pensão são as suas patrocinadoras - Petrobras, BR Distribuidora e a própria Petros.

Nos julgamentos os magistrados se baseiam no próprio regulamento do plano. O artigo 48 diz que "no caso de serem insuficientes os recursos do Plano Petros do Sistema Petrobras, as patrocinadoras assumirão a responsabilidade de encargos adicionais".

"Não se trata apenas de análise de risco (inegável em se tratando de aposentados que haverão de se manter, por exemplo, com apenas 60% da verba de costume), mas também da probabilidade lógica, já que tudo indica que a agravada [Petros] pode estar subvertendo a forma de sanear seu déficit, repassando-o aos beneficiários que são, à evidência, o lado mais fraco da relação", afirmou, em seu voto, a relatora do caso, desembargadora Marília Castro Neves.

A magistrada acrescentou que o déficit teria sido provocado por problema de gestão e entendeu como "precipitada e simplista" a providência de fazer os beneficiários absorverem o prejuízo do fundo. O voto da relatora foi seguido, de forma unânime, pelos desembargadores que participaram do julgamento (processo nº 0008616-32.2018.8.19.0000).

O plano de ajuste de contas da Petros foi aprovado pelo conselho deliberativo no ano passado e estabelece a contribuição extraordinária, pelos beneficiários, por um período de 18 anos. O rombo de R\$ 27 bilhões, segundo comunicado da época, havia acumulado entre os anos de 2013 e 2015 e teria sido provocado por perdas com investimentos e por questões estruturais, como a mudança de perfil dos assistidos.

Na ações em que é citada, a Petros argumenta que seguiu os trâmites exigidos pela lei para a implantação do plano de ajuste e que teve parecer favorável da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Guilherme Domingues, sócio do Schreiber Domingues Cintra Lins e Silva Advogados, representa cerca de 20 participantes da Petros em processos contra a taxa. Para ele, a aprovação do plano não foi transparente. "Até hoje não se

sabe o que compõe esse número [R\$ 27 bilhões de déficit] e não se sabe também como eles chegaram na divisão dos descontos estratosféricos", diz.

O advogado chama a atenção que foram registrados nas atas da reunião do conselho pedidos expressos dos representantes dos aposentados (uma minoria - dois em um grupo de cinco conselheiros) para que houvesse um detalhamento dos números. "Eles queriam entender como chegaram no valor, Mas isso nunca foi feito".

Domingues afirma que, de toda a forma, a cobrança não poderia ser feita da forma como foi determinada porque existe previsão no regulamento do plano sobre a questão - e que envolve as patrocinadoras do fundo. Segundo ele, há respaldo em lei para que as regras do contrato sejam cumpridas.

A Lei Complementar 109/2001 por exemplo, cita o advogado, permite aos fundos de previdência estabelecerem planos especiais de equacionamento de eventuais resultados deficitários desde que observadas as regras do seu regulamento. Além disso, afirma, os artigos 423 e 424 do Código Civil impõem que em caso de ambiguidade na redação, o dispositivo deve ser interpretado de forma favorável aos aderentes dos planos.

Além da 22ª Câmara Cível do TJ-RJ, há decisões para suspender a taxa extra em ações individuais de participantes da Petros na 1ª e na 44ª varas cíveis do Rio (processos nº 0009305-49.2018.8.19.0203 e nº 0073004-38.2018.8.19.0001 respectivamente). Todas até agora têm caráter liminar e impõem multa ao fundo de pensão caso as cobranças sejam efetuadas.

Existem inúmeros processos coletivos, movidos por sindicatos e entidades de classe, também contra a cobrança extra. Nesses casos afirmam advogados, há mais derrotas do que vitórias. Recentemente, por exemplo, a 11ª Câmara Cível do TJ-RJ negou, por unanimidade de votos, pedido do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro.

A principal diferença das ações coletivas para as individuais - que são movidas pelas pessoas diretamente afetadas - é que elas não conseguem abordar as peculiaridades de cada caso. Não há demonstração aos juízes de que a subsistência dos beneficiários do plano está em risco.

Ocorre, segundo especialistas, uma outra discussão nesses casos da Petros. Basicamente se debate o tamanho do déficit e quais seriam os responsáveis. Juízes e desembargadores vêm entendendo, para negar as liminares, que tais questões dependem de prova técnica e, por esse motivo, deveriam ser decididas após a análise do mérito.

"Já nos casos individuais os magistrados analisam a questão concreta", diz Christiano Madeira, especialista em direito previdenciário e sócio do escritório LSCS. As decisões favoráveis têm encorajado um número maior de participantes do fundo de pensão a propor ações. O advogado, por exemplo, já foi procurado por mais de 50 beneficiários.

Ele diz que há muitos casos de pessoas que tinham uma vida financeira estável e agora, com os descontos, "estão em franca decadência". Segundo Madeira, houve um impacto grande nas contas dos chamados autopatrocinadores - ex-funcionários da Petrobras que mesmo após deixarem os cargos continuaram contribuindo para o fundo e, por esse motivo, pagam o dobro do que os demais (a parte deles e a patronal).

"Essas pessoas estão indo à falência", afirma. "Tem gente cujo o desconto passa de R\$ 10 mil", completa Madeira.

A Petros informou que não comentaria os processos porque ainda não há decisões definitivas. Afirmou, no entanto, que está recorrendo "pois ao implementar o equacionamento, está cumprindo uma obrigação legal e ao mesmo tempo trabalhando para garantir a perenidade do plano".

Acrescentou que o plano de equacionamento foi elaborado de acordo com determinações legais vigentes e que os motivos, condições e prazos dos planos foram amplamente divulgados.

A Petrobras e a BR Distribuidora, patrocinadoras do fundo, não comentaram até o fechamento desta edição.

MME / ASCOM .